

**HABEAS CORPUS Nº 558.203 - GO (2020/0013770-0)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : RICARDO SILVESTRE DA SILVA**  
**ADVOGADO : RICARDO SILVESTRE DA SILVA - GO051375**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : JOSE CAETANO DE OLIVEIRA JUNIOR (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**DECISÃO**

Trata-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de JOSÉ CAETANO DE OLIVEIRA JÚNIOR no qual aponta como autoridade coatora a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no julgamento do HC n. 5508290-69.2019.8.09.0000.

Noticiam os autos que o Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de Goiânia condenou o paciente, pela prática, em concurso material (art. 69 do Código Penal), das condutas tipificadas nos arts. 33, § 1º, I, e 35 c/c o art. 40, V, todos da Lei n. 11.343/2006, a 13 anos, 3 meses e 7 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 1.612 dias-multa. Ao final, a sentença não reconheceu o direito de recorrer em liberdade.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada (e-STJ fls. 60-64).

Segundo a impetração (e-STJ fls. 3-38), o paciente sofreria constrangimento ilegal, em resumo, ante a negativa do direito de recorrer em liberdade sem fundamentação idônea.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, para que possa aguardar o trânsito em julgado da ação penal em liberdade.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ fls. 71-72).

As informações encontram-se às e-STJ fls. 77-87.

Em parecer (e-STJ fls. 90-95), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do writ. No mérito, pela denegação da ordem.

É o relatório.

Constata-se, todavia, que o *writ* não veio acompanhado de cópia da prisão em flagrante, da decisão que a converteu em custódia preventiva nem da sentença condenatória, que não reconheceu o direito de recorrer em liberdade.

Sabe-se que o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência do aventado constrangimento ilegal suportado pelo paciente, decorrente de Tribunal sujeito a jurisdição desta Corte Superior, providência não efetivada pela impetrante no caso sub examine.

No julgamento de questões semelhantes, este STJ manifestou-se nesse sentido (destaques acrescidos):

*PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A*

**DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. EXECUÇÃO PENAL. HOMOLOGAÇÃO DE FALTA GRAVE. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. AGRAVO DESPROVIDO.**

*I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada por seus próprios fundamentos.*

*II - A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que a ação mandamental de habeas corpus exige a apresentação de prova pré-constituída, recaindo sobre o impetrante o ônus de instruir corretamente o mandamus a fim de que seja possível identificar o alegado constrangimento ilegal.*

*III - No presente caso, o impetrante não juntou aos autos cópia integral da decisão do Juízo de primeiro grau que homologou a falta grave, documento indispensável para a exata compreensão da controvérsia.*

*IV - Além disso, embora a Defesa tenha requerido, no presente pedido, a "juntada do inteiro teor da decisão coatora" (fl. 197), o referido documento não foi apresentado nesta oportunidade, de forma que permanece a deficiência de instrução que ensejou o não conhecimento do writ.*

*Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no HC 439.162/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 24/05/2018).*

**PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

*1. É possível receber o pedido de reconsideração como agravo regimental, dada a identidade do prazo recursal e a inexistência de erro grosseiro.*

*2. Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória. É cogente ao impetrante, pois, apresentar elementos documentais suficientes para se permitir a aferição da alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.*

*3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental no habeas corpus. Agravo regimental não provido.*

*(RCD no HC 449.923/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 18/06/2018)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece do presente habeas corpus.**

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
Relator